

PEQUENA GRANDE MULHER

Michelle Sampaio conta sua história de luta, persistência e amor

Meu nome é Michelle Sampaio, tenho 33 anos, sou casada, nasci em Nova Iguaçu (RJ), mas moro em Juazeiro do Norte (CE), tenho duas graduações e uma pós-graduação, sou funcionária do Banco do Brasil e tenho displasia diastrófica.

Quando nasci, meus pais e os médicos não tinham ideia do que era displasia diastrófica. Tratamento? Nem pensar. Nossa situação financeira era muito difícil.

Os médicos queriam fazer cirurgias para que eu andasse, mas não davam garantias de que teriam sucesso. Assim, minha mãe preferiu que eu estudasse, em vez de passar anos apostando em algo que poderia não dar certo.

Minha mãe engravidou novamente e os médicos sugeriram que ela abortasse. Ela se negou e gerou a minha irmã, que não tem anomalia genética.

Como eu só consegui andar aos três anos e meio, minha irmã e eu começamos a estudar juntas e assim ficamos até o ensino médio. Podia faltar tudo na minha casa, menos o dinheiro para pagar a escola. Na rotina escolar com minha irmã, ela sempre me ajudava no que eu precisasse: levar meus livros, minha mochila etc. Em vez de eu querer estar no lugar dela, que é vista pela sociedade como "normal", ela que sempre quis ser eu. Minha mãe fazia de minha deficiência física um orgulho e sempre me

ensinou a pensar da seguinte maneira: "Sou linda porque sou pequena. Caio e não me machuco porque sou pequena e estou perto do chão. Passo debaixo da mesa sem bater a cabeça na quina porque sou pequena" etc. Nunca imaginei que eu não iria crescer, mas que um dia seria grande. E, na verdade, SOU.

Em toda minha vida, ouvi "Você nunca vai namorar, você nunca vai casar, você nunca poderá fazer uma faculdade, você nunca poderá trabalhar com essas mãozinhas, você nunca conseguirá dirigir um carro, você NUNCA, você NUNCA...".

Quanto mais eu ouvia isso, mais eu tinha vontade de provar o contrário. Eu queria o impossível. Fiz a primeira faculdade com 40 alunos e éramos só quatro mulheres. O curso era de automação industrial, que mexe só com máquinas pesadas, computadores, eletricidade etc. "Coisa de homem". Das quatro mulheres, fui a primeira a me formar. E, da turma de 40, só se formaram cerca de 10 alunos, pois o curso era muito puxado. Namorar? Depois da faculdade, nunca mais fiquei solteira.

Fui estagiária da Receita Federal, pois tive uma das melhores notas na faculdade. No mesmo período, passei no concurso do Banco do Brasil. A partir daí, o céu foi o limite. Ajudei minha mãe a sair das dificuldades financeiras, comprei um carro e aprendi a dirigir. Viajar? Viajei quase o Brasil todo sozinha.

Conheci meu esposo no Banco do Brasil e foi o maior presente na minha vida. Depois que nos casamos, nunca mais cozinhei, pois ele me trata como uma princesa, não me deixa nem chegar perto do fogão para eu não me queimar. Lindo mesmo é vê-lo pegar a cadeira de rodas quando chegamos ao shopping, só para evitar que eu ande e me canse. Terminei minha segunda faculdade (administração de empresas-UFC) já casada e ele foi meu padrinho de formatura. Se alguém me perguntasse hoje, se eu gostaria de ser grande, eu responderia: EU SOU GRANDE.

Quando assumi o meu cargo no Banco, foram feitas muitas adaptações. Prepararam tudo para a

minha chegada, mas pedi para que desfizessem e deixassem o local como é para qualquer pessoa. Aprendi a me virar com o mundo do jeito que ele é. Nada na minha casa é adaptado, pois sempre achei que o mundo nunca iria se adaptar a mim. Procuo sempre um jeitinho de superar minhas limitações. Não estou dizendo que é errado fazer adaptações, mas esse é o meu modo de ser.



Michelle Sampaio

Foto: Arquivo pessoal

Na minha cidade, não sofro nenhum tipo de preconceito, sou muito respeitada e admirada. Devo tudo que sou aos meus pais, que nunca tiveram vergonha de mim ou me trataram de forma diferente dos meus irmãos. Todos os dias eu agradeço a Deus pela vida, a família, o esposo e os amigos com displasia diastrófica que Ele me deu.

Michelle Parente Sampaio Bezerra é gerente de relacionamento PJ, na agência 0433-2, em Juazeiro do Norte/CE

A displasia diastrófica é um tipo raríssimo de nanismo (ocorre numa proporção de um em cada 100.000 nascimentos), e é marcada por baixa estatura com extremidades curtas (altura final adulta de 120 cm, com variação de 10 cm), e malformações das articulações levando a múltiplas contraturas articulares. A DD afeta indivíduos de ambos os sexos e é uma doença recessiva, ou seja, herdada de um gene de cada progenitor.



Michelle Sampaio

Foto: Arquivo pessoal

Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade

APOIO AO PARADESPORTO

APABB incentiva atletas com deficiência e de alto rendimento



Foto: Amanda Beck



Foto: Casa Adaptada

TRANSPORTE AÉREO
Normas de acessibilidade são cumpridas?



Foto: Virgílio Machado

NOVOS PROFISSIONAIS
Mais de 100 formandos no 1º semestre



Foto: Arquivo pessoal

SUPERAÇÃO
Conheça a história inspiradora de Michelle Sampaio

Fechamento autorizado, pode ser aberto pela ECT.

PARA USO DOS CORREIOS
 MUDOU-SE
 DESCONHECIDO
 INCORRETO
 ENDEREÇO INSUFICIENTE
 NÃO EXISTE O NOME INDICADO
 MAL ENDEREÇO
 AUSENTE
 NÃO PROCURADO
 REINTEGRANDO AO SERVIÇO POSTAL EM...
 RESPONDA:



Av. São João, 32 – 11º andar – CEP: 01036-000 – Centro – São Paulo

Mala Direta Especial
 9912294380
APABB
 Correios

Amigos da APABB,

É com satisfação que apresento esta edição do Jornal da APABB, que traz muitos assuntos importantes e interessantes.

A principal matéria é o envolvimento da APABB com o paradesporto e o esporte em geral, tendo em vista a realização de atividades inclusivas que propiciam a independência e a autonomia dos participantes. Vários Núcleos da Associação oferecem apoio técnico e logístico a paradesportistas que competem em eventos importantes, como é o caso da Izabela Dias de Souza, de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, a Entidade apoia o esporte unificado, que promove a integração e participação de pessoas com e sem deficiência na mesma equipe, como é o caso do time de futsal em São Paulo.

Você sabia que rapazes com deficiência também devem fazer o alistamento militar? Então, essa é uma informação que estamos trazendo, a partir da experiência do André Gonçalves da Cruz, um jovem com deficiência que precisou adiar um pouquinho seu sonho de ter um emprego porque precisou regularizar sua situação com o Exército.

A história do André e de muitos outros que participaram de cursos oferecidos nos Núcleos da Bahia, do Espírito Santo, do Paraná, de Santa Catarina e São Paulo é contada em um texto sobre a parceria com o Instituto Cooperforte, que patrocinou cinco projetos. Um sucesso!

Outra pauta importante aborda as normas de acessibilidade no transporte aéreo e nos aeroportos brasileiros em vigor desde julho de 2013. Essas normas estão funcionando? Os Passageiros com Necessidade de Assistência Especial (PNAE) conhecem seus direitos? Como registrar uma reclamação?

Falamos também sobre o 1º Encontro Nacional de Assistentes Sociais e Supervisores da APABB, que foi feito para alinhar os procedimentos e a atuação nos 14 Núcleos Regionais. O Encontro aconteceu em março e, com certeza, foi uma experiência marcante.

Por fim, contamos a história de Michelle Sampaio, funcionária do Banco do Brasil no Ceará, que, tem displasia diastrófica, o que não a impede de estudar, trabalhar, amar e viver com alegria. Michelle é uma “pequena grande mulher” que, como a APABB, acredita que NORMAL É SER FELIZ!

Desejo a todos uma boa leitura. Até a próxima edição!

Sandra Miranda
Presidente da APABB

AMIGOS DA APABB



“O trabalho desenvolvido pela APABB reúne tudo de que nossos especiais necessitam: lazer, oportunidades de cursos para o desenvolvimento e preparação para o mercado de trabalho, socialização e espaço para liberdade de expressão. A Entidade não somente inclui, mas promove um aprendizado individualizado, com particularidades e interesses de cada um, dentro de uma coletividade na qual a arte e o amor são as partes principais”.

Sheila Cristina Monteiro é mãe de Cinthia Monteiro Guerra Mendes, 18 anos, síndrome de Down, da APABB RJ



“Sou aluno do Projeto Educar para Gerar, que teve uma grande importância para reintegração das pessoas, e espero que no futuro possa haver outras oportunidades para ampliar nossos conhecimentos. Fui muito bem recebido pela equipe. Agradeço aos organizadores e aos professores”.

José Carlos Nunes Lírio, 44 anos, deficiência visual, da APABB ES



“O meu primeiro passeio com a APABB foi maravilhoso. Passamos o dia inteiro nos divertindo. Foi o início de uma série de encontros e passeios ao lado de pessoas com excelente astral. A equipe da Entidade dá total assistência a nós e aos nossos filhos. As palavras são poucas para traduzir todo o respeito, a admiração, o carinho e o amor. Estamos muito felizes por fazermos parte da família APABB, e que Deus abençoe a todos”.

Neyde Maria da Mota Silveira é mãe de Douglas Leandro da Mota Silveira, 24 anos, deficiência intelectual, da APABB PE



“Por muito tempo procurei um lugar em que meu filho pudesse se sentir acolhido e ter atividades específicas com profissionais capacitados. Hoje posso dizer que meu filho encontrou o seu segundo lar, que é a APABB, onde ele cresceu, se desenvolveu e fez novas amizades. Agradeço à equipe da APABB por fazer parte da vida do meu filho e por tudo o que tem realizado por nós, pois os ganhos se estendem para toda a família”.

Karla Tereza Carneiro Cunha é mãe de Alysson Carneiro Cunha, 16 anos, paralisia cerebral, da APABB PR



“A APABB transformou a vida de meu filho. Eu só tenho a agradecer a Deus e à equipe da Associação pela dedicação, não só com Luiz Junior, mas com todas as pessoas especiais que são atendidas, ou melhor, muito bem atendidas por lá. Muito obrigada!”.

Rosângela Maria Pereira é mãe de Luiz Carlos de Paula Junior, 15 anos, deficiência múltipla, da APABB SC



“Sempre que participava de festas e reuniões de família, sentia que a Juliana ficava no canto, quieta. Então, quando procurei a APABB, foi porque eu queria um lugar para a Ju se divertir e não só ficar olhando os outros, para que ela pudesse participar e se sentir incluída no grupo. Hoje ela tem o seu grupo, a sua turma da APABB”.

Maria de Fátima Holanda é mãe de Juliana Holanda, 27 anos, deficiência intelectual, da APABB GO

O **Jornal da APABB** é uma publicação da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade (APABB) – Sede: Av. São João 32 – 11º andar – Tels. (11) 3491-4144 / 4148 / 4149 / 4150 – CEP: 01036-000 – Centro – São Paulo – SP – www.apabb.org.br – Colégio de Diretores Gestão 2015-2016: Sandra Regina de Miranda, Clécia Maria de Brito Cortez, Daisy Dias Lopes, Licia Maria Quintas Rodamilans e Pedro Leonardo da Luz Loss – Conselho Editorial: Epaminondas Souza Lopes, Juliana Mosca, Sandra Miranda (Mtb 16.139) e Wilma Avoglio – Jornalista responsável: Juliana Nunes Mosca (Mtb 58.728) – Projeto gráfico e edição: MXP | Marketing Experience – Revisão: Jenifer Ianof de la Fuente – Tiragem: 15.000 exemplares.

SERVIÇO

No ano em que completar 18 anos, rapazes com deficiência devem se alistar no Exército Jovens devem procurar a Junta Militar mais próxima de sua residência

De acordo com a Constituição Federal, o alistamento militar é um ato obrigatório a todo brasileiro do sexo masculino. A inscrição, que é gratuita, deve ser realizada no ano em que o candidato completa 18 anos, e o período de alistamento vai do primeiro dia útil do mês de janeiro até o último dia útil do mês de junho na Junta de Serviço Militar (JSM) mais próxima e deve ser feito na cidade onde o indivíduo mora.

Durante o alistamento, o jovem com aparente incapacidade física e/ou intelectual estará isento do Serviço Militar e deverá receber o Certificado de Isenção (CI). Os demais casos de incapacidade física e/ou intelectual não aparente devem ser verificados no exame médico durante a Seleção Geral. Desde o primeiro contato com a Junta Militar, inclusive no dia do alistamento, é importante ficar claro que se trata de um candidato com deficiência, para poder usufruir dos direitos relacionados.

Aqueles que perderam o prazo devem procurar a Junta de Serviço Militar mais próxima, pagar a multa prevista na legislação e realizar o alistamento. O valor da multa é R\$ 1,38 e pode ser pago nas seguintes instituições: Banco do Brasil (sem taxa de serviço), Caixa Econômica Federal (taxa de R\$ 1,02) e Correios (taxa de R\$ 1,55). A guia da multa será fornecida pela própria Junta Militar onde a PcD comparecer.

Sonho adiado

André Gonçalves da Cruz completou 18 anos em 2015 e se alistou em uma Junta de Serviço Militar na zona leste, em São Paulo para dar entrada ao processo e ficar em dia com a Justiça Militar. Tudo certo, mas nem ele nem sua mãe mencionaram que André é uma pessoa com deficiência intelectual.

André é um dos formandos do Projeto Superação da APABB e foi aprovado em um processo seletivo para trabalhar em um supermercado. Prestes a ser inserido no mercado de trabalho e conquistar o seu tão esperado primeiro emprego, ele descobriu que não tinha o Certificado de Isenção (CI) e que deveria levá-lo até a empresa. “Ele está doido para trabalhar, contando os dias e as horas, mas não consegue. Na hora do alistamento, eu pensei que eles fossem perceber que ele tem deficiência e por isso não falei nada”, explica a mãe.

Após o ocorrido, Mara, mãe de André, voltou à Junta de Serviço Militar e levou o laudo médico do filho. André saiu de lá com um certificado de dispensa e ficou no aguardo do documento definitivo emitido pelo Governo Federal. Com a ajuda do Serviço Social da APABB de São Paulo, ele conseguiu o CI e finalmente começou a trabalhar.

Fonte: Ministério da Defesa



Para o alistamento, é necessário levar:

- Certidão de nascimento, casamento ou carteira de identidade original.
- Certidão de naturalização ou Termo de opção (para os brasileiros naturalizados ou por opção).
- Laudo médico com CID (original)
- 2 (duas) fotos 3x4 (sem data e recente)
- Comprovante de residência (conta de luz, água ou outro comprovante oficial).

APABB apoia o paradesporto e as Olimpíadas Especiais

Atletas com deficiência recebem apoio técnico e assistência da Instituição



Foto: Amanda Beck

Izabela Souza, APABB SC

A proximidade das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016 abre espaço para discutir o papel educacional do esporte, lutar para que as pessoas com deficiência ocupem seu lugar nos eventos esportivos e cobrar mais investimento no paradesporto. Como o Brasil será o primeiro país sul-americano a receber uma edição dos Jogos Olímpicos, a responsabilidade é enorme. Neste cenário, a APABB também faz a sua parte e apoia atletas com deficiência, na expectativa de que eles possam representar o Brasil, trazer visibilidade para a causa da pessoa com deficiência, combater preconceitos e criar novas oportunidades. O incentivo da APABB se dá através de formação técnica, assistência às famílias e ajuda na busca por parcerias e patrocinadores.

Catarinense lutadora

Aos sete anos, Izabela Dias de Souza foi vítima da síndrome do anticorpo fosfolípidos catastrófica. Para que ela continuasse viva, foi necessária a amputação dos membros inferiores (abaixo do joelho), a mão esquerda (na linha do punho) e metade dos dedos da mão direita. Durante o processo de recuperação e adaptação à nova vida, enquanto frequentava sessões de fisioterapia, ela conheceu a natação paradesportiva. Desde então, e graças ao apoio da família, Izabela começou uma rotina de treinos e sua força de vontade e dedicação renderam uma trajetória de vitórias e medalhas. Por questões financeiras e pela falta de investimento no paradesporto, Izabela, que hoje tem 18 anos, sempre contou com o apoio de instituições para treinar e competir. Atualmente, ela é acompanhada pela equipe técnica da APABB SC, localizada em São José, onde nasceu, e é um exemplo de superação em toda a cidade e na Associação.



Foto: Amanda Beck

Izabela Souza, APABB SC

recebendo da APABB em Santa Catarina”, comenta Izabela.

APABB apoia o dom do atleta

A APABB também apoia atletas de rendimento em outros Núcleos Regionais. No Rio Grande do Sul, a APABB acompanha o judoca Hélio Teixeira Duarte Júnior, de 20 anos, que, com deficiência intelectual, já conquistou quatro medalhas e tem um grande potencial competitivo.



Foto: Arquivo pessoal

Hélio Teixeira Duarte Junior, APABB RS

A APABB Goiás também é parceira de três nadadores medalhistas com deficiência: Judite Nascimento Araújo, de 46 anos, que tem deficiência física, Fernando Bueno Nishimura, de 36 anos, e Alexandre Guimarães de Lima, de 39 anos, ambos com deficiência intelectual.



Foto: Arquivo pessoal

Judite Nascimento Araújo, APABB GO e Viciñius Savioli, Coordenador de esporte e lazer da APABB.

Apesar de também apoiar atletas de alto rendimento, o Programa de Esporte da APABB tem como objetivo valorizar o dom do atleta, e não – exatamente – o atleta com dom. Na APABB, há oportunidade para todos que queiram fazer parte das atividades esportivas, independentemente do nível de habilidade e deficiência. O Esporte e o Lazer da Instituição existem para desenvolver a autonomia e a independência dos participantes e extrair o alto rendimento de cada aluno, dentro das suas particularidades e possibilidades, além de incentivar o esporte unificado.

Onde estão os atletas com deficiência intelectual?

Segundo Vinícius Savioli, coordenador nacional de Esporte e Lazer da APABB, “a principal dificuldade para incluir atletas com deficiência intelectual em competições paralímpicas é a classificação funcional da deficiência. Infelizmente, muitos atletas não têm um diagnóstico fechado e isso dificulta ainda mais a participação dessas pessoas em eventos esportivos. Além disso, o índice dos esportes paralímpicos é muito alto e é preciso ter um bom rendimento para poder representar o país. Geralmente, apenas pessoas com deficiência intelectual leve estão aptas a participar. Há promessas do Comitê Paralímpico Internacional para facilitar a participação da deficiência intelectual, complexa e limitada, ainda na Paralimpíada de 2016. Essas dificuldades não acontecem no Programa das Olimpíadas Especiais (Special Olympics), em que os atletas são separados por nível de habilidades, o que proporciona mais oportunidade a todos”.

O que é o esporte unificado

O 'esporte unificado' engloba atividades de recreação, treinamento, desenvolvimento e competição, que ocorrem quando há integração e participação de pessoas com e sem deficiência intelectual na mesma equipe. O objetivo é promover benefícios sociais, como o respeito e a valorização da diversidade e das ações cooperativas, a melhoria do convívio social, além de incentivar uma sociedade mais humana e facilitar a criação de novas amizades. Também existem benefícios biológicos, como o controle do peso corporal, a melhoria da resistência física, a prevenção de doenças secundárias, a diminuição da pressão arterial, entre outros. E benefícios psicológicos, como o aumento do nível de autonomia e da autoestima, o prazer com a autoimagem, o alívio do stress, a possibilidade de interação com outros grupos, melhoria no convívio longe da família, além de

muitos outros.

O conceito está sendo aplicado na APABB SP, onde foi formada uma turma de futsal de pessoas com e sem deficiência para participar da Liga de Futebol Unificado da Special Olympics, neste ano. Com a experiência, a ideia é levar igualdade e inclusão social para outros Núcleos Regionais da APABB. Cesar Henrique Silva, de 18 anos, que não tem deficiência, participa do time e diz que a experiência é diferente e muito bacana. “Confesso que no começo senti um pouco de medo em chegar firme na bola, mas com o tempo acabei me soltando. Na teoria, você acha uma coisa, mas a prática é totalmente diferente. Eu gostei muito”. Cesar conta que percebeu que os companheiros com deficiência se sentiram incluídos e “iguais” aos demais, e acredita que a força de vontade e a determinação é o que fazem a diferença dentro do jogo. Nada além disso.



Foto: Arquivo pessoal

Turma Futsal unificado APABB SP

Brasil dá show no Parapan, mas precisa avançar nas Olimpíadas Especiais

Em 15 de agosto, foram encerrados os Jogos Parapanamericanos, em Toronto, no Canadá, e o Brasil voltou pra casa com o primeiro lugar no quadro geral de medalhas da competição. Foi o melhor resultado da delegação brasileira em décadas: 257 medalhas conquistadas, das quais 109 de ouro. O Brasil levou 272 atletas e mostrou que tem potencial, apesar do paradesporto receber menos investimento do que o esporte olímpico. A expectativa é que, com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, os recursos para o esporte Paralímpico vão aumentar. Entre 25 de julho e 3 de agosto deste ano aconteceram os Jogos Mundiais Olímpicos Especiais de Verão, em Los Angeles, nos Estados Unidos, organizados pela Fundação Special Olympics. O Brasil foi representado por apenas 38 atletas com deficiência intelectual nas modalidades futsal feminino, atletismo, ginástica rítmica, natação, tênis, judô, bocha e patinação em velocidade. Uma esperança para mudar esse quadro é a possibilidade de mais recursos financeiros para o paradesporto. Hoje, 2% da arrecadação das loterias federais devem ser investidas no esporte: 15% no paralímpico e 85% no olímpico. Com a nova lei, a porcentagem sobe para 2,7%, sendo que 37,04% vão para o paralímpico e 62,96% para olímpico. A delegação contou com profissionais que se formaram na APABB, como Marcio Savioli, que foi como delegado, e Rouwagner Gregório “Buiu”, técnico de atletismo. A diretora executiva da Fundação Special Olympics Brasil, Ana Paula Soares, falou com o JORNAL APABB sobre o cenário atual para o esporte competitivo para atleta com deficiência intelectual.



Foto: Arquivo pessoal

Ana Paula Soares, diretora executiva da Special Olympics Brasil

JORNAL APABB: Por que o número de atletas brasileiros com deficiência intelectual é tão baixo? O que é preciso ser feito?

Ana Paula: Apesar de muitos avanços nos últimos anos, a pessoa com deficiência intelectual ainda sofre preconceitos. As famílias tendem a superproteger seus filhos, muitas vezes privando-os de experiências que podem ser positivas. Essa atitude é perfeitamente compreensível. No entanto, muitos estudos e históricos de boas práticas provam que o esporte é uma ferramenta extremamente eficaz, que vai além dos ganhos na saúde, promovendo a socialização, a melhora da autoestima e a autonomia.

JORNAL APABB: O Brasil tem potencial para fazer mais? Como estamos em relação a outros países?

Ana Paula: O potencial do Brasil é gigantesco. Quando pensamos no tamanho da nossa população, em torno de 200 milhões de habitantes, e em dados como os da OMS, IBGE e FGV, que apontam um percentual entre 10 e 14% de pessoas com deficiência, vemos que ainda temos muito trabalho pela frente. O que faltam são políticas públicas ou até privadas, específicas para essa população. Nos Jogos Mundiais de Verão da Special Olympics, que acontecem a cada quatro anos, notamos o tamanho de algumas delegações, como, por exemplo, Costa Rica (216 atletas), Venezuela (94 atletas) e Uruguai (88 atletas); países menores em termos de extensão, população e economia e que, no entanto, têm um grande apoio de seus governos e/ou da iniciativa privada local. A delegação brasileira levou 38 atletas!

Orgulho para a APABB

A APABB já enviou atletas para três Jogos Mundiais da Special Olympics: em New Haven, nos EUA, em 1995, com o atleta de natação Pedro Fornazari; em Toronto, no Canadá, em 1997, com a atleta de patinação de velocidade no gelo Emília de Souza Camargo (foto ao lado); e em 1999, na Carolina do Norte, nos EUA, com o atleta de natação Paulo Sergio Ferreira. O objetivo atual é enviar atletas a várias competições e, quem sabe, também para a Olimpíada Especial de 2019.



Emília de Souza Camargo, APABB SP

JORNAL APABB: Como você avalia a participação do Brasil nos Jogos Mundiais das Olimpíadas Especiais?

Ana Paula: Embora com número bem reduzido de atletas, o Brasil deu show em Los Angeles. Competimos em atletismo, natação, natação em águas abertas, judô, patinação de velocidade, futsal feminino unificado, ginástica rítmica, tênis e bocha. Voltamos com 38 medalhas, sendo 15 de ouro, 12 de prata e 11 de bronze. Além das medalhas principais, tivemos vários quartos, e quinto lugares, que, dentro do formato de competição da Special Olympics, também são reconhecidos com medalhas.

JORNAL APABB: Quais as perspectivas para os próximos eventos e qual é o plano da Special Olympics para o nosso país?

Ana Paula: Em termos de competições internacionais, já foram confirmados: Copa América, em março de 2016, no Uruguai, e Jogos Latino-americanos, em novembro de 2016, na Costa Rica. No Brasil, estamos fortalecendo o nosso movimento nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, promovendo muitas competições em um projeto em parceria com o Lions Club. Esse projeto se expandirá nos próximos dois anos para Bahia, Pernambuco e Santa Catarina. Além disso, devido à aproximação recente com o Ministério do Esporte, estamos tentando obter um apoio mais efetivo, que nos permita obter verbas, através de projetos específicos, convênios de longo prazo ou até mesmo estabelecidas por lei.

Novas normas de acessibilidade completam dois anos nos aeroportos brasileiros

JORNAL APABB pesquisou se as regras estão sendo cumpridas

Desde julho de 2013, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) definiu novas regras de acessibilidade nos aeroportos e no atendimento aos passageiros com necessidade de assistência especial (PNAE). Dois anos após a aprovação do documento, o JORNAL APABB ouviu relatos de pessoas com deficiência que utilizam o transporte aéreo com frequência, para contar suas experiências.

Entre as mudanças previstas no regulamento (Resolução nº 280/2013), estão: fim do número limitado de pessoas com deficiência por voo; aumento do número de poltronas com braços móveis; mudança de responsabilidade: os aeroportos passam a ser encarregados pelos equipamentos acessíveis para embarque e desembarque de PNAE; desconto de 80% na passagem de acompanhante; presença de funcionário responsável por acessibilidade; alterações nas regras de transporte de equipamentos e cão-guia; estabelecimento de prazos para as companhias aéreas responderem a solicitações de PNAE; prioridade no embarque, entre outras.

Ainda há muito a ser feito

Lecir Andreia Martins Magalhães, delegada da APABB MG e funcionária da ativa do Banco do Brasil em Belo Horizonte, conta que nunca teve problemas para comprar a passagem de acompanhante com desconto, mas, na hora de embarcar e desembarcar de aeronaves, nada mudou. Lecir, que é paraplégica em consequência da pólio, reclama da falta de treinamento dos funcionários e da desorganização das companhias e dos aeroportos.



Lecir Magalhães, delegada APABB MG

O atendimento para pessoa com deficiência ainda é muito complexo. Por exemplo, muitas vezes, você chega para fazer o check-in e é colocado em uma poltrona na parte da frente da aeronave porque é mais perto da saída. O problema é que, geralmente, esse assento já está vendido para outro passageiro, e é você que tem que resolver a

situação com o dono da poltrona. É constrangedor e não é justo com ninguém, porque a pessoa pagou mais caro para viajar na poltrona com mais espaço. A companhia está errada em achar que pode enfiar a pessoa com deficiência em qualquer lugar. E já viajei diversas vezes longe do meu acompanhante, o que é contra a nova norma”.

Você não fica em pé, nem um pouquinho?

Lecir necessita de auxílio para subir as escadas e ir até o assento e, geralmente, os funcionários da companhia aérea precisam carregá-la nos braços. “Nessa hora, sempre surge ‘aquela’ pergunta inadmissível e muito frequente: ‘você não fica em pé nem um pouquinho?’. A pessoa está me vendo sentada na cadeira; é só olhar para ver que eu tenho deficiência e ela não sabe nem como abordar o assunto”, desabafa. No desembarque, Lecir sempre é a última a deixar o avião e já perdeu a conta de quantas vezes ficou esperando sua cadeira enquanto já estavam limpando a aeronave; sem contar as ocasiões em que ficou aguardando na própria pista, sob a chuva ou sol quente.

“Duas vezes já mandaram um funcionário com deficiência, sem um dos braços, para ajudar a me carregar. Cheguei a machucar o pé, e foi muito constrangedor para mim e para ele. Eles não sabem como pegar, onde pegar. Quem orienta é a gente mesmo. Fica um jogo de empurra entre os funcionários para saber quem vai carregar você”. Na última vez em que viajou, Lecir passou por um episódio vergonhoso. Após explicar a dois funcionários da companhia aérea como deveria ser transferida para sua cadeira sem prejudicar a prótese que tem na coluna, um funcionário discutiu com ela e reclamou que seu peso iria “detonar” as costas dele e lhe causar alguma lesão.

Lecir questiona de quem é a responsabilidade de carregá-la, e a qualquer outro PcD, e reclama da falta de um profissional especializado para ajudar as PcDs no transporte para a aeronave. “Até que ponto um comissário de bordo tem a obrigação de me pegar no colo? Essa tarefa está dentro das funções dele? Talvez ele esteja no direito dele de se recusar a ajudar. Muitas vezes, quem me ajudou foi uma pessoa que limpa a aeronave; já foi o piloto, já foi outro passageiro... Você nunca sabe quem vai ajudar. A gente conta com a boa vontade das pessoas. Eu discordo disso, pois pagamos por um serviço”.

Sanitários inadequados

Lecir conta que é impossível ir ao banheiro da aeronave pela falta de acessibilidade e ajuda adequada dos funcionários. Em uma viagem a Nova York, ela ficou dez horas sem usar o sanitário. “A cadeira de rodas do avião é minúscula, as pessoas não tem treinamento para orientar os passageiros, não dá para se mexer

dentro do banheiro”.

Quanto aos aeroportos, ela diz que os equipamentos acessíveis para fazer o desembarque da pessoa com deficiência nunca estão disponíveis e poucas vezes conseguiu usá-los nestes dois anos. “Acho mais fácil carregar a cadeira comigo em cima, correndo o risco de cair e me derrubarem, do que acionar a esteira. Ou não sabem onde está o equipamento, ou ninguém sabe operar, ou não está carregado. Já ouvi diversas desculpas”. Lecir diz que, se tudo funcionasse corretamente, viajaria mais vezes. Ainda assim, ela nunca registrou nenhuma reclamação nas companhias aéreas, à ANAC ou à Infraero.

Desrespeito ao consumidor e ao cidadão

Oldemar Barbosa é cadeirante, casado com uma cadeirante e tem experiência de sobra para compartilhar. Também funcionário BB e delegado da APABB DF, Oldemar não viaja com acompanhante. Prevenido, ele telefona para a companhia aérea com antecedência de pelo menos 48 horas para avisar que tem deficiência e não correr o risco de não haver ninguém apto para ajudá-lo. Além disso, ele não marca o assento para não ter problemas na hora do embarque, mas mesmo assim já enfrentou diversas dificuldades muito parecidas com as de Lecir.



Oldemar Barbosa, delegado APABB DF e a esposa Viviane Peres

Ele também fala dos problemas estruturais dos aeroportos e do descumprimento das regras da ANAC. “Na hora que a aeronave pousa, o correto seria avisar ao aeroporto que há uma pessoa com deficiência naquele voo e usar o finger com prioridade. Mas nunca há espaço, em especial para as companhias menores, e acabamos descendo no chão mesmo e sendo transferidos para o ônibus com uma cadeira robótica”. Quanto ao ambulifit, veículo adaptado com uma plataforma elevatória para efetuar o embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, Oldemar diz que poucos aeroportos o utilizam. “Para eles, é mais fácil carregar você do que atendê-lo do modo correto. O ambulifit é da Infraero e cada vez que é usado tem um custo de utilização do serviço para a companhia aérea, que prefere não pagar”.

Assim como Lecir, Oldemar também não usa o banheiro da aeronave por causa das condições precárias, do tamanho minúsculo do local e da cadeira disponível a bordo, que é muito pequena. Sobre a demora no desembarque, relata:

“Já cheguei a ficar preso por uma hora dentro do avião em Brasília. Fiquei esperando a minha cadeira chegar, mas a despacharam como bagagem normal. É comum começarem a limpar a aeronave e depois descerem você. Inclusive já registrei ocorrência na ANAC, mas a fiscalização é muito falha e o direito do consumidor é desrespeitado”.

Palavra da ANAC

Em contrapartida aos depoimentos sobre o que acontece na prática, a ANAC diz que tem um plano de fiscalização anual e também trabalha com as denúncias registradas. *“Inspetores vão a vários aeroportos do Brasil, a partir do nosso banco de dados e das reclamações dos passageiros, e fazemos uma fiscalização periódica. Além disso, a agência conta com os Núcleos Regionais de Aviação Civil (NURACS), que fazem a fiscalização dos serviços aéreos permanentemente. Existem as rondas que são proativas, que verificam se há algum tipo de infração ou algum tipo de problema, além de rondas pontuais realizadas por causa de denúncias. A ANAC atua nas duas frentes: reativa e proativamente”,* garante Annelise Pereira Berutt, da Gerência Técnica de Relações com a Imprensa da ANAC.

Avaliando os principais contratemplos encontrados nestes dois anos, Annelise admite dificuldades relativas às peculiaridades de cada tipo de deficiência. *“Todos precisam de muito treinamento, inclusive as empresas aéreas, e as pessoas precisam quebrar as barreiras atitudinais e saber que elas precisam ter bom senso e tratar os outros com respeito. Acreditamos que esta é a grande dificuldade que temos hoje”.*

A Resolução nº 280/2013 diz que até dezembro de 2013 todos os aeroportos do país, com mais de dois milhões de passageiros por ano, deveriam ter se adequados às regras. A ANAC informa que todos já possuem equipamentos para fazer o embarque e desembarque de pessoas com deficiência. *“Cada vez mais, as concessionárias – principalmente a Infraero – têm investido na compra desses equipamentos, mas, mais importante do que tê-los, é usá-los. A fiscalização não apenas verifica se o equipamento existe, mas vai até o local para ver se ele está sendo utilizado para embarcar o passageiro”,* completa a gerente da agência.

Lei prevê treinamento para funcionários

Questionada sobre a eficácia da norma e os resultados obtidos, Annelise diz que estão sendo satisfatórios e comemora. *“A Resolução mudou, principalmente, a relação entre as empresas aéreas e os aeroportos. Antes, elas eram responsáveis pelos equipamentos de embarque e desembarque. Hoje, o aeroporto é o encarregado e isso melhorou bastante as condições, porque ele consegue gerir o embarque e o desembarque de todas as companhias aéreas. Então, é possível usar um equipamento para várias empresas, o que trouxe mais efetividade na ação e na norma da ANAC. Os*

aeroportos podem compartilhar os equipamentos com as companhias e a ANAC está atenta.”

Onde reclamar quando a lei não funciona

O primeiro passo é reivindicar os direitos garantidos pela lei diretamente na companhia aérea, que deve gerar um protocolo de reclamação. Com o número de protocolo em mãos, é possível registrar a reclamação na ANAC. Para reivindicar indenizações por danos morais e/ou materiais, é necessário consultar os órgãos de defesa do consumidor ou o Poder Judiciário. É importante guardar o comprovante do cartão de embarque, os comprovantes dos gastos realizados (alimentação, transporte, hospedagem e comunicação) ou documentos relacionados à atividade profissional que seria cumprida no destino.

“Os principais canais de comunicação são: o telefone, através do número 163, que é o novo ‘fale com a ANAC’; o site www.anac.gov.br/faleanac, onde o passageiro pode fazer denúncias e reclamações, ou os Núcleos de Aviação Civil, existentes nos principais aeroportos do Brasil, para registros presenciais”, orienta Annelise.

Ação do governo

Em virtude dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, a questão da acessibilidade aérea está sendo tratada com atenção redobrada. A Coordenação Geral de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD-SDH/PR) colaborou com a ANAC na elaboração da Resolução nº 280/2013 e ainda participa do Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE), coordenado pela Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR).

No âmbito do CTOE, foi instituído um Subcomitê de Acessibilidade, coordenado pela SDH/PR, com o objetivo de planejar um melhor atendimento e infraestrutura para as pessoas com deficiência nos aeroportos envolvidos com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (três aeroportos em São Paulo, dois no Rio de Janeiro, além de Brasília, Confins em Belo Horizonte, Salvador e Manaus). Todos esses aeroportos foram visitados pelo Subcomitê para verificar a adequação de sua infraestrutura.

“Foram realizados três simulados nos principais aeroportos de chegada de atletas para os jogos, que são os aeroportos Tom Jobim e Santos Dumont no Rio, e Guarulhos em São Paulo, para aperfeiçoar os procedimentos de embarque e desembarque de pessoas com deficiência, com a eficiência esperada nos Jogos Paralímpicos RIO 2016. Esta é uma ação que deixará um legado para todo o país. Estão participando as maiores empresas aéreas que operam no Brasil, além de todos os operadores aeroportuários. A partir dos simulados, será elaborado um manual de procedimentos que vai ajudar na orientação de como as empresas aéreas devem lidar com as pessoas com deficiência. Além disso, a ANAC, em parceria com a SDH/PR, vai lançar uma cartilha de orientação aos passageiros”, explica o secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira.



“Stair-trac”, elevador portátil de cadeira de rodas

Foto: Arquivo pessoal

XÔ CRISE!

Não deixe a crise parar os projetos da APABB. Em tempos de turbulência econômica, muita gente corta suas contribuições para entidades sociais.

O problema é que isso pode prejudicar muito – e até mesmo – encerrar projetos fundamentais. Mais do que nunca, a APABB precisa de doadores. QUALQUER VALOR É IMPORTANTE.

A conta corrente da Associação é Banco do Brasil, agência 3324-3, c /c 456700-5, CNPJ 58106519/0001-39.

Para mais informações e outras opções de doação consulte:

www.apabb.org.br

faleconosco@apabb.org.br

Acompanhante de PcD pode comprar passagem aérea com desconto

Companhias aéreas são obrigadas a oferecer desconto de, no mínimo, 80% do valor cobrado pelo bilhete do passageiro com deficiência



Testes de acessibilidade para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Foto: Divulgação/Secretaria de Aviação Civil

Regras da ANAC

O passageiro deve informar à companhia aérea quais são suas assistências especiais necessárias, no momento da compra ou reserva da passagem, no mínimo 48 horas antes da partida do voo para casos gerais e 72 horas quando houver necessidade de acompanhante.

Passo a passo

Ao ligar para a Central de Atendimento da companhia aérea, é importante informar que se trata de uma pessoa com necessidade de assistência especial e avisar que precisa preencher o Formulário de Informação Médica (MEDIF). Geralmente, esse formulário e os documentos solicitados devem ser enviados por site, fax ou e-mail, e é importante informar-se sobre isso no momento da ligação. Algumas companhias oferecem o formulário no próprio site. O MEDIF precisa ser preenchido e assinado pelo passageiro ou responsável legal e por um médico.

Após o preenchimento, o MEDIF deve ser enviado para a companhia. A análise do documento e a comunicação ao passageiro devem ser feitas em até 48 horas, para que o viajante tenha tempo hábil para o planejamento de sua viagem ou, quando for o caso, buscar outra companhia. A recusa da prestação do serviço de transporte aéreo ao PNAE deve ser justificada por escrito no prazo de até dez dias.

Segundo a ANAC, os passageiros PNAE com condição permanente e estável, que viajam e voam com frequência, são isentos de apresentação de documentos médicos a cada viagem. Os interessados devem procurar as centrais de atendimento e os sites das empresas, além de se informar sobre os seus direitos.

Você sabia?

A cadeira de rodas deve ser transportada gratuitamente no interior da cabine de passageiros, quando houver espaço disponível. Caso contrário, será considerada como bagagem frágil e prioritária, devendo ser transportada no mesmo voo. É importante consultar a empresa aérea com antecedência, conforme a Resolução nº 280/ANAC, de 11 de julho de 2013. Em 2014, ficou determinado que as empresas aéreas são obrigadas a transportar gratuitamente cadeiras de rodas de passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida, independente do peso e do local em que o equipamento for transportado.

(Fonte: Infraero e Guia do Passageiro – Dicas da ANAC, página 40).

O que é um PNAE?

PNAE (Passageiro com Necessidade de Assistência Especial) pode ser pessoa com deficiência, pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, gestante, lactante, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que por alguma condição específica tenha limitação na sua autonomia como passageiro.

Núcleo Regionais realizam formaturas de cursos profissionalizantes

Mais de 100 pessoas com deficiência foram capacitadas para o mundo do trabalho

O Programa de Capacitação e Qualificação Profissional, coordenado pelo Serviço Social da APABB, concluiu diversos projetos no primeiro semestre de 2015, e capacitou para o trabalho mais de cem pessoas com deficiência. Além de promover a oportunidade de inserção profissional, a APABB trabalhou pelo desenvolvimento da autonomia, independência e inclusão social desses alunos.

Na APABB Bahia, o Projeto Superando Limites, patrocinado pelo Instituto Cooperforte, formou a sua segunda turma com 12 alunos, e cinco deles já estão trabalhando. O curso ofereceu aulas de informática, formação cidadã e profissional. No segundo semestre começou uma nova turma.



Alunos do Projeto Superando Limites, APABB BA

No Espírito Santo aconteceu a formatura da segunda turma do Projeto Empregabilidade da Pessoa com Deficiência: Superação e Autonomia, patrocinado pela Petrobras. No total, 20 alunos foram capacitados no curso de auxiliar administrativo e 17 já foram encaminhados ao mercado de trabalho.



Alunos do Projeto Empregabilidade da pessoa com Deficiência: Superação e Autonomia, APABB ES

Ainda no Espírito Santo houve a formatura da primeira turma do Projeto Educar para Gerar, apoiado pelo Instituto Cooperforte. Dos 15 alunos capacitados no primeiro semestre, 13 já estão trabalhando. Uma nova turma, com 20 PcDs, começou no mês de agosto.



Alunos do Projeto Educar para Gerar, APABB ES

No Paraná, após seis meses do Projeto Superação com Foco na Inclusão Digital, patrocinado pelo Instituto Cooperforte, todos os 32 formandos conseguiram emprego. O sucesso foi tão grande que o NR está com lista de espera de pessoas e famílias interessadas em fazer parte de um novo projeto com as mesmas características.



Alunos do Projeto Superação com Foco na Inclusão Digital, APABB PR

Em Santa Catarina, o curso do Projeto Gastronomia capacitou 13 pessoas com deficiência como técnicos de manipulação de alimentos e atendentes de lanchonete. O projeto é realizado em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – Campus Continente –,

PRONATEC e Instituto Cooperforte.



Alunos do Projeto Gastronomia Inclusiva, APABB SC

O Núcleo Regional São Paulo formou 18 jovens com deficiência intelectual leve e moderada no Projeto Superação, patrocinado pelo Instituto Cooperforte; 15 já estão empregados. Foram 12 meses de aulas, divididas em dois módulos, em que foram abordados conteúdos de formação da cidadania (família e sociedade) e qualificação profissional (responsabilidade, direitos e deveres dos trabalhadores, relações de trabalho entre outras).



Alunos do Projeto Superação, APABB SP

“Não existem limites para os sonhos. As limitações somos nós que as colocamos toda vez que dizemos “não”, “talvez” ou “será?”. Vamos continuar nos esforçando para atender um número cada vez maior de pessoas com deficiência e contribuir para a transformação de suas vidas e de suas famílias”, comenta com otimismo Miriam Rodrigues Pinto, coordenadora nacional de Serviço Social da APABB.

Assistentes sociais e supervisores administrativos da APABB se reúnem em SP

Encontro nacional alinhou atuação dos profissionais da Associação em todos os Núcleos Regionais

Com objetivo de oferecer espaço de discussão das práticas da instituição para o aprimoramento institucional, fortalecimento e crescimento profissional de seus funcionários, a APABB promoveu, de 23 a 27 de março deste ano, o 1º Encontro Nacional de Assistentes Sociais e Supervisores Administrativos de todos os seus 14 Núcleos Regionais, nas dependências da Gerência de Pessoas do Banco do Brasil (GEPES SP), na capital paulista.

O Encontro promoveu momentos com vivências, reflexões e ações, constituídos de atividades fundamentadas no pensamento de Paulo Freire, no qual “ninguém ensina ninguém, ninguém aprende sozinho: as pessoas aprendem em comunhão”. Todo o trabalho utilizou como método e estratégia a problematização sócio-histórico-cultural de situações-problema e questões relativas à cidadania e à inclusão da pessoa com deficiência, trazidas pelos participantes dos 14 Núcleos Regionais.

Entre os temas discutidos e problematizados, tivemos “Autonomia e Independência da pessoa com deficiência e sua família”, base da atuação na APABB, organizado por Vinicius Savioli, coordenador de Esporte e Lazer da Instituição; reflexões sobre o papel do Serviço Social e do Esporte e Lazer na APABB; discussão sobre captação de recursos com a presença do consultor Marcelo Estraviz, um dos fundadores da Associação Brasileira de Captação de Recursos (ABCR), visando ao aprofundamento de questões sobre sustentabilidade da instituição; apresentação sobre a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI), pela assistente social Regina Pereira Cortez, da CliniCASSI Norte/SP, que discorreu sobre o Capítulo 81, benefícios da Caixa de Assistência exclusivos para associados com deficiência, Programa Bem Viver; exposição sobre o Marco Regulatório do Terceiro Setor, apresentado pelo advogado Rodrigo Pinheiro Nako, do escritório M. Biasioli, parceiro da APABB; diálogos sobre a prática profissional dos assistentes sociais e supervisores na APABB, organizados por Miriam Rodrigues Pinto, coordenadora do Serviço Social, e Wilma Avoglio, gerente-geral da instituição, e espaço para socializar e compartilhar boas práticas desenvolvidas nos núcleos.

Fechando o Encontro, aconteceram uma reunião com o Colégio de Diretores da APABB e uma palestra dialogada sobre os “desafios

contemporâneos para profissionais nas entidades privadas não lucrativas”, com Leonardo David Rosa Reis, assistente social, mestre em Serviço Social e presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. “A palestra do Leonardo foi fundamental para alinhar e aprofundar conceitos, além de aparar algumas arestas, considerando que a APABB é uma entidade da Assistência Social, mas que atua com equipes multidisciplinares”, comenta Sandra Miranda, presidente da Associação.



Assistentes sociais e supervisores da APABB

Pela primeira vez, supervisores e assistentes sociais dos 14 estados se reuniram e puderam debater sobre diversos temas fundamentais para a APABB. Além de proporcionar a alegria de encontrar colegas que só se conheciam por meio eletrônico, o Encontro permitiu uma interação de assuntos e uma saudável integração entre todos. Foi um tempo oportuno para que a instituição trabalhasse com seus profissionais as formas de pensar o futuro da APABB, alinhando processos e atividades comuns e, acima de tudo, aprofundando questões como participação e proximidade com as famílias e com a pessoa com deficiência, razão dos nossos esforços e do nosso compromisso com justiça social e defesa de direitos.

Encontro promoveu mudanças

Na avaliação dos profissionais participantes, o Encontro propiciou maior conhecimento da instituição e de seus projetos; percepção de novas formas de atuar; desenvolvimento de estratégias para dar maior visibilidade e qualidade aos serviços prestados pela instituição; promoção de troca de experiências; reflexões sobre a atuação; valorização do Serviço Social; melhorias no espírito de equipe, integração, criatividade;

agregou conhecimentos; ativou ferramentas para aprimorar a qualidade do trabalho oferecido; fortalecimento e construção coletiva.



Diretoria da APABB com o palestrante Leonardo David Rosa Reis

“O Encontro de Assistentes Sociais e Supervisores capacitou os colaboradores buscando torná-los mais preparados ao perfil da própria Associação. O conteúdo trabalhado promoveu mudanças, uma vez que novos conhecimentos foram disseminados, já que houve uma grande troca de experiências entre os Núcleos. Certamente, novas habilidades surgirão, atitudes serão mudadas em benefício do nosso público-alvo, pois acredito na transformação que se constrói durante e após um evento desse porte”, diz a diretora da APABB, Clécia Brito Cortez, que esteve presente em todos os dias do Encontro.

Daisy Dias Lopes, diretora da Entidade, que também participou do Encontro, acredita que “podemos afirmar que os colaboradores voltaram para seus Núcleos com uma visão renovada da Instituição e um desejo de aprimoramento e transformação. Pelas atividades que se desenvolveram após o Encontro, percebe-se o quanto todos cresceram e o quanto os associados estão podendo se beneficiar desse desenvolvimento”.

A avaliação do Colégio de Diretores é muito positiva. No pós-encontro, reflexões demonstraram pontos que podem ser aprimorados para o próximo, mas acima de tudo fica constatado, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido nos nossos Núcleos Regionais, que os profissionais se encontram motivados e a cada dia acontecem novas ações, novos projetos, novos avanços que podem ser atribuídos ao sucesso do 1º Encontro Nacional de Assistentes Sociais e Supervisores da APABB.